

Nacionalismo e revolução no terceiro mundo: as propostas anticoloniais de Guerreiro Ramos e Frantz Fanon

Nationalism and revolution in the third world: the proposals anticolonials of Guerreiro Ramos and Frantz Fanon

Nationalisme et révolution dans le tiers monde: les propositions anticoloniales de Guerreiro Ramos et de Frantz Fanon

José Victor Alves da Silva¹

Resumo: Esta pesquisa analisa as propostas de superação do colonialismo elaboradas pelo sociólogo e político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e pelo psiquiatra e filósofo martinicano-argelino Frantz Omar Fanon. Para isso, minhas fontes principais foram as produções teóricas desses autores na década de 1950 e início dos anos 1960. Através do método contextualista e da abordagem comparativa, investiguei como os autores conceberam a situação colonial de países do Terceiro Mundo, em especial do Brasil e da Argélia, na segunda metade do século XX. Comparando os dois intelectuais e militantes negros, pode se notar que existem semelhanças em suas teorias, mas também diferenças fundamentais, principalmente em suas trajetórias pessoais e posicionamentos políticos. Enquanto Guerreiro Ramos apostou em um programa estatal de desenvolvimento socioeconômico de viés popular, Frantz Fanon se dedicou a doutrinas revolucionárias que pregavam a contraviolência da luta armada e auto-organização como meios de transformação social.

Palavras-chave: Pensamento latino-americano. Pensamento africano. Teoria anticolonial. Terceiro Mundo. Violência.

Abstract: This research analyzes the proposals to overcome colonialism elaborated by the Brazilian sociologist and politician Alberto Guerreiro Ramos and by the Martinican-Algerian psychiatrist and philosopher Frantz Omar Fanon. For this, my main sources were the theoretical productions of these authors in the 1950s and early 1960s. Through the contextualist method and the comparative approach, investigate how the authors conceived the colonial situation of Third World countries, especially Brazil and Algeria in the second half of the 20th century. Comparing the two black intellectuals and militants, it can be noted that there are similarities in their theories but also fundamental differences, mainly in their personal trajectories and political positions. While Guerreiro Ramos bet on a state program of socioeconomic development with a popular bias, Frantz Fanon devoted himself to revolutionary doctrines that preached the contraviolece of armed struggle and self-organization as means of social transformation.

Keywords: Latin American thought. African thought. Anti-colonial theory. Third World. Violence.

¹ Mestrando em Ciência Política (UNICAMP).

Résumé: Cette recherche analyse les propositions pour vaincre le colonialisme élaborées par le sociologue et homme politique brésilien Alberto Guerreiro Ramos et par le psychiatre et philosophe martiniquais-algérien Frantz Omar Fanon. Pour cela, mes principales sources ont été les productions théoriques de ces auteurs dans les années 50 et au début des années 60. A travers la méthode contextualiste et l'approche comparative, j'ai étudié comment les auteurs concevaient la situation coloniale des pays du Tiers Monde, notamment du Brésil et de l'Algérie dans la seconde moitié du 20^e siècle. En comparant les deux intellectuels et militants noirs, on constate qu'il existe des similitudes dans leurs théories mais aussi des différences fondamentales, principalement dans leurs trajectoires personnelles et leurs positions politiques. Alors que Guerreiro Ramos parie sur un programme étatique de développement socio-économique avec un parti pris populaire, Frantz Fanon se consacre à des doctrines révolutionnaires qui prêchent la contravolence de la lutte armée et l'auto-organisation comme moyen de transformation sociale.

Mots clés: Pensée latino-américaine. Pensée africaine. Théorie anticoloniale. Tiers monde. Violence.

1 CONTEXTOS, TRAJETÓRIAS E TEORIAS

Tanto o sociólogo Guerreiro Ramos (1915-1982) quanto o psiquiatra Frantz Fanon (1925-1961) concebiam os seus respectivos países e continentes em condições similares, a chamada situação colonial do Terceiro Mundo, cuja superação dependeria de uma revolução nacional. Ao comparar as suas teorias, se percebe que muitas das suas fontes teóricas são as mesmas, como Hegel, Marx, Sartre e Balandier (Ortiz, 1985, p.50), além de Césaire. Assim, os dois intelectuais militantes compartilharam referenciais teóricos e políticos em comum considerados pertinentes à formulação de uma teoria e prática emancipatórias.

Pela abordagem metodológica da *situação colonial* proposta por Balandier, bem como do *sistema colonial* utilizada por Sartre, Guerreiro Ramos e Fanon buscaram explorar a situação de crise estabelecida nas relações recíprocas de poder (ainda que assimétricas) entre colonizadores e colonizados como ponto de sua ruptura. Neste sentido, enfatizaram a reação dos colonizados em suas condutas de resistência à dominação e de luta por libertação. Já a partir das teorias da *alienação* de Hegel e Marx, eles debateram a situação alienada dos povos periféricos e enfatizaram a *conscientização* e a *participação política* como condições indispensáveis para a descolonização.

Sobre seus referenciais políticos, as lutas de libertação nacional dos países africanos esteve presente no pensamento de Guerreiro Ramos, como a Argélia, nomeadamente. Ele se

referiu a importantes teóricos africanos e afro-diaspóricos que discutiram a descolonização, como Aimé Césaire, crítico da hipócrita “tarefa colonizadora” da civilização ocidental (Ramos, 1996, p.50), importante poeta martinicano, ensaísta político da negritude e ex-professor de Fanon (Faustino, 2018a, p.23, 27). Em ser tratando de Frantz Fanon, este fez algumas considerações sobre a situação dos países latino-americanos, inclusive sobre o Brasil, atento à “velha dança das ditaduras” que atormentavam a América Latina (Fanon, 1968, p.77).

Importa notar que Guerreiro Ramos e Frantz Fanon fizeram parte da construção da modernidade negra, em diálogo com intelectuais como W.E.B. Du Bois (Barbosa, 2015, Faustino, 2018). Uma das contribuições dos intelectuais militantes da modernidade negra foi desenvolver uma perspectiva transformadora radicalmente humanista. Porém, crítica ao humanismo universalista clássico, formal ou abstrato, encarnado por uma concepção excludente de humanidade, própria do humanismo burguês de matriz europeia. A nova proposta estaria pautada em um universalismo concreto. Trata-se de um *humanismo radical*, que se refere à toda ação e pensamento sustentados por uma concepção global de humanidade e pela busca constante de valores e condutas compatíveis com esta concepção, como a responsabilidade com a transformação social.

De todo modo, apesar dessas aproximações, as suas interpretações e soluções particulares divergem em pontos cruciais, considerando que as diferenças entre os contextos brasileiro e argelino influem diretamente nas diferenças entre as suas preocupações, ênfases, posicionamentos e formas de atuação políticas. Ou seja, embora as bases teóricas dos dois pensadores periféricos sejam semelhantes, suas respostas políticas são distintas, formuladas em relação às respectivas condições sociais sob as quais as suas teorias foram concebidas, elaboradas a partir da análise que eles fizeram da sua própria situação nacional, e, de formas diferentes, do conjunto das nações subdesenvolvidas.

Por um lado, ainda que o colonialismo seja um fenômeno global, a colonização europeia das Américas e da África não aconteceram ao mesmo tempo, nem da mesma forma. A maioria dos países latinos e norte-americanos havia conquistado sua independência política, ao menos formalmente, na primeira metade do século XIX – no Brasil, em 1822. Posteriormente, as décadas de meados do século XX foram marcadas pelos processos de descolonização dos países africanos – na Argélia, em 1962. Portanto, entre os anos de 1950 e 1960, o Brasil era há mais de um século um Estado independente, em processo de desenvolvimento industrial (Cruz, 2018, p.222-226), enquanto a Argélia era uma colônia francesa, em processo de luta por sua libertação nacional (Hrbek, 2010, p. 157-166).

Por outro lado, as diferenças no pensamento e atuação política desses dois autores podem ser apenas parcialmente justificadas pelas diferenças nos seus contextos nacionais. Embora em alguns aspectos possamos diferenciar as situações latino-americanas e africanas, principalmente a brasileira e a argelina, são justamente as semelhanças entre seus países e continentes – e mesmo entre as teorias destes autores – que tornam tão interessante e importante esta comparação. Assim, as diferenças nas suas trajetórias e posicionamentos pessoais complementam a explicação para o contraste em suas teorias e militâncias; um, sociólogo de longa carreira no setor público; outro, psiquiatra engajado na revolução argelina.

Vindo de classe média baixa e se inserindo nos círculos das classes médias baiana e depois carioca, Guerreiro Ramos foi ativo na militância política, sobretudo naquela voltada a uma produção intelectual e divulgação científica progressista, fora e dentro de instituições estatais, depois se aproximando de movimentos sindicais e partidos políticos de esquerda². Fanon, por sua vez, de origem de classe média antilhana, deixou a colônia da Martinica, onde fez seus primeiros contatos com o movimento de negritude, para lutar no exército francês contra as tropas nazistas, antes de se engajar no movimento de libertação argelino em guerra contra a França³.

Entre outras coisas, tais fenômenos e transformações nas conjunturas nacionais e internacionais podem ter afetado os seus investimentos na problematização das relações raciais. Nessa época, por um lado, o ativismo negro se vinculou aos movimentos anticoloniais, assim como o terceiro-mundismo esteve vinculado a movimentos antirracistas. Por outro, comparado ao início dos anos 1950, quando Guerreiro Ramos e Frantz Fanon se dedicaram mais ao debate racial, em meados daquela década eles realizaram um relativo deslocamento em suas teorias e práticas políticas, embora sem realizarem uma ruptura absoluta, mas como uma forma de continuidade daquela luta em um enfoque anticolonial.

Dentro desse panorama, a referência político-teórica que significou a experiência do Terceiro Mundo foi apropriada de formas diferentes por esses autores. Na análise de Guerreiro Ramos, as lutas de libertação nacional em Cuba, na Argélia, na Guiné, são comprovações de que, no Brasil, em desenvolvimento capitalista desde os anos 1930, o povo teria potencial para dirigir o processo de emancipação nacional e desenvolvimento socioeconômico, mesmo que

² Com seus textos dos anos 50, *Sociologia do negro, Ideologia da branquitude e Patologia social do “branco” brasileiro*, Guerreiro Ramos se tornou um dos precursores dos estudos da branquitude no Brasil (Ramos, 1995).

³ A partir dos seus trabalhos de clínica psiquiátrica na França, Argélia e Tunísia, Fanon realizou experimentos e estudos científicos que o posicionaram como um dos precursores da Reforma Antimanicomial (Fanon, 2020).

através de representantes eleitos. Já na análise de Fanon, as lutas de libertação no Terceiro Mundo corroboram para a capacidade de participação direta dos povos colonizados em todas as dimensões da construção de novas nações. Dessa forma, confrontado com a ênfase de Guerreiro Ramos no desenvolvimento brasileiro, os ideais terceiro-mundistas foram preponderantes para o pensamento de Fanon. Por sua vez, enquanto Guerreiro Ramos defendeu uma posição anticolonial mais conciliatória entre as classes sociais brasileiras, Fanon defendeu uma democratização radical das condições estruturais argelinas e africanas como um todo.

Nas próximas seções, abordo como os dois autores compartilharam a percepção e convicção de que viviam tanto uma crise da situação alienada das colônias quanto o fenômeno do advento do povo na correlação de forças políticas. Depois, explico a filiação intelectual desses autores às prerrogativas do nacionalismo internacionalista. Assim, discuto como os conceitos de povo e revolução foram mobilizados em suas teorias, comparando as semelhanças e diferenças em suas propostas de superação da situação colonial.

2 A CRISE DA SITUAÇÃO COLONIAL E A ALIENAÇÃO DO POVO COLONIZADO

Era comum determinados estudiosos interpretarem a realidade dos países subdesenvolvidos com negligência ao aspecto político-ideológico, acompanhada de uma visão puramente econômica, ou quando não, biológica, ou climática, etc. Fazendo isso, desresponsabilizavam o povo europeu e culpavam os colonizados e colonizadas pela sua miséria, além de defenderem a estagnação como condição essencial dessas regiões (Césaire, 1978, p. 40-50; Fanon, 2008, p. 85-93; Ramos, 1960, p. 53). Por isso, havia a necessidade de investigar a colonização a partir de uma perspectiva ampla, em suas diferentes formas de dominação, além das variações de acordo com o local e a situação geral da época.

Pela abordagem do *sistema colonial* (Sartre, 1968) e sobretudo pela proposta metodológica da *situação colonial* (Balandier, 2014), se concebia o colonialismo em uma perspectiva globalizante. Por “situação colonial” designavam a totalidade estruturante das relações de poder sob dominação étnico-racial que constitui o fenômeno do colonialismo (Balandier, 2014, p. 53-55). De acordo com esse método de investigação das relações entre sociedade colonizadoras e sociedades colonizadas, são as crises em tais relações que indicam os pontos de ruptura com o sistema. Ainda, qualquer estudo das relações coloniais deve levar

em conta as diversas reações dos colonizados, suas adaptações, recusas, inovações, seus pontos de resistência e subversão (Balandier, 2014, p. 36-37).

Segundo Guerreiro Ramos, o “caráter dinâmico de toda a realidade nacional” implica em configurações diversas, de modo que “a sociedade constitui um fenômeno total, cujos ingredientes, geográficos, biológicos, econômicos, sociais, políticos, psicológicos, se compenetraram num esforço coletivo que incessantemente se supera a si próprio” (Ramos, 1960, p. 52-53). Conhecer a realidade nacional, em sua perspectiva, dependeria dessa abordagem globalizante porque, conforme declarava, “é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes” (Ramos, 1960, p.85). No seu escopo, o sociólogo brasileiro defendeu a prioridade do fator político, como na tarefa de elaboração ideológica da programação econômica e na participação política das massas (Ramos, 1960, p.23-24, 181, 235).

Por sua vez, essa mesma perspectiva pode ser observada na abordagem de Frantz Fanon. Intelectual orgânico da revolução argelina, criticava que o intelectual colonizado “nem sempre vê o todo”, perdendo de vista “a unidade do movimento” (Fanon, 1968, p. 37). A luta de libertação nacional deveria estar vinculada à “exigência de um reexame integral da situação colonial” e, desde então, da decisão de “destruir todos os obstáculos encontrados no caminho” (Fanon, 1968, p.27). Como disse Fanon, a descolonização é “um programa de desordem absoluta”, compreendida através do “movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo” (Fanon, 1968, p. 26). Na sua análise geral, ele também defendeu a importância do fator político, tanto em relação à necessidade da independência política das colônias africanas quanto à organização, politização e democratização do movimento anticolonial.

Naquela conjuntura de crise da situação colonial pós-Segunda Guerra, “para trazer ao plano da reflexão o que nos condicionava, sem que disso tomássemos consciência”, justificou Ramos (1960, p. 88), “nenhum momento é mais propício do que o crítico”. Não só estudando mas “vivendo profundamente a crise brasileira” se poderia “ganhar em lucidez e compreendê-la” (Ramos, 1960, p. 88), e com isso encaminhar soluções nacionais. Já Fanon, embora defensor da contraviolência como solução possível para a violência colonial, diria que “todo o mundo está consciente desta violência e que a questão nem sempre consiste em responder a ela com uma violência maior, mas antes em ver como esvaziar a crise” (Fanon, 1968, p. 56).

No Brasil, a emergência do povo como nova categoria histórica, manifesta sobretudo nas eleições presidenciais de 1945, 1950, 1955 e 1960, expressava uma contradição entre as suas aspirações e a condução do país dirigida pelas elites políticas. Conforme Guerreiro Ramos

examinou, essas contradições configuravam uma crise do poder nacional causada pela falta de representatividade governamental e partidária, ponto central da crise brasileira (Ramos, 1961). Por isso, na obra *Crise do poder no Brasil* (1961) o sociólogo avaliou que,

Do surgimento do povo como agente ativo do processo político resulta dupla exigência: a de reformar o Estado e as instituições político-administrativas, para que se ajustem ao caráter multifuncional contemporâneo da estrutura econômica, e a de elaborar a pertinente equação teórica da época, pois sem ela não se habilitarão os quadros dominantes a conduzir os acontecimentos com o mínimo de sistematicidade necessária para merecerem o qualificativo de dirigentes (Ramos, 1961, p.46).

No caso da Argélia, diante da insistência francesa em recusar sua independência, o movimento argelino passou a enfrentar o exército francês também na capital da colônia, confronto conhecido como Batalha de Argel, além de realizar atentados na metrópole francesa. Exilado na Tunísia desde 1957, Fanon demonstrava em seus escritos que, apesar das baixas proporcionadas pela Batalha e a intensificação dos conflitos da guerra colonial⁴, os argelinos estavam confiantes na conquista da libertação argelina (Fanon, 1980). Para o psiquiatra, a crise só se esvaziaria quando a soberania nacional fosse entregue ao povo colonizado, pois, como defenderia *Em defesa da revolução africana* (1965) no artigo de dezembro de 1957, *Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina*, qualquer posição democrática deveria reconhecer que

O colonialismo é a organização da dominação de uma nação após a conquista militar. A guerra de libertação não é um pedido de reformas, mas o esforço grandioso de um povo, a quem mumificaram, para reencontrar o seu gênio, para retomar em suas próprias mãos a sua história e instalar-se como soberano (Fanon, 1957, p.93).

Por conseguinte, Guerreiro Ramos e Fanon igualmente compreendiam que essa situação colonial gestada pelos povos europeus produz a *alienação* dos povos colonizados – assim como a dos colonizadores. Em termos gerais, a alienação implica uma interdição objetiva e subjetiva das virtualidades intelectuais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais de uma pessoa ou grupo social. Na década de 1950, os trabalhos dos intérpretes franceses do hegelianismo e as recém traduzidas obras do jovem Marx foram recuperados por ambos os autores e aplicadas à realidade na qual estavam inseridos, a fim de elaborarem uma teoria da

⁴ O estopim da Guerra da Argélia, também conhecida como Revolução Argelina (1954-1962), foi uma insurreição armada promovida por movimentos argelinos articulados em grupos de guerrilha, cujos combatentes contavam com o importante apoio da população civil (Hrbek, 2010, p. 160-161).

alienação colonial (Kojève, 2002; Marx, 2010). “Ao tratarem a situação colonial em termos de alienação”, explica Ortiz, “imediatamente eles podem conceber a sua contrapartida, o processo de desalienação do mundo colonizado” (Ortiz, 1985, p. 53-54).

Um dos caminhos percorridos pelo sociólogo brasileiro foi por via da crítica ao caráter alienado das ciências sociais, que naturalizavam teorias “elaboradas nos países centrais”, solapando “as contradições da sociedade brasileira” (Oliveira, 1997, 2006, p. 189; Bariani, 2006, p. 87). Como afirmava, “víamos a nossa realidade através de interpretações importadas. E o hábito secular de consumir ideias e interpretações pré-fabricadas viciou o espírito de nossas camadas instruídas” (Ramos, 1960, p. 243). Assim como a dialética hegeliana explicaria em relação ao escravo alienado, Guerreiro Ramos compreendia que, “pela alienação, esta sociedade é induzida a ver-se a si mesma segundo uma óptica que não é a própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é sujeito” (Ramos, 1960, p.93).

Acreditava, ainda, que os trabalhadores, por possuírem a “mais vigorosa consciência dos seus interesses”, deveriam ser “o mais sólido suporte da luta pela emancipação nacional” (Ramos, 1960, p. 238). A partir de uma visão marxista, reivindicava o potencial de emancipação e contribuição social do trabalhador, pois, “transformando diretamente pelo trabalho a realidade material do País, educa-se e habilita-se para oferecer os apoios que carece o movimento emancipador brasileiro” (Ramos, 1960, p. 238). Com efeito, a nossa soberania dependeria de um trabalho de politização. “A tomada de consciência”, dizia Guerreiro Ramos, “por parte de um povo, da sua situação colonial, é indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (Ramos, 1960, p. 54).

Foi nessa perspectiva que o pensador brasileiro formulou os princípios de um método de assimilação crítica das contribuições teóricas estrangeiras e de teorização acerca da própria condição nacional, chamado de *Redução Sociológica* (1958). Nesse sentido, a autonomia da nação surgiria a partir da conscientização coletiva do povo acerca da sua condição de país subdesenvolvido (Cruz, 2005, p.131). Consequentemente, ela também exige a elaboração de critérios próprios, táticos e estratégicos, pautados na vontade do povo, isto é, no interesse coletivo de uma “comunidade ideologicamente esclarecida”, através da indução da sua realidade e de modo eminentemente dinâmico (Ramos, 1960, p. 59, 66, 71, 191, 217).

Por sua parte, Fanon também discutiu a alienação colonial sob condições psicológicas e materiais reivindicando a conscientização. Para o psiquiatra argelino, “não triunfamos numa guerra nacional, não derrotamos a terrível máquina do inimigo, não transformamos os homens se esquecemos de educar a consciência do combatente” (Fanon, 1968, p. 111). Ele criticava a

alienação dos intelectuais colonizados e enfatizava o conflito racial dos sujeitos alienados. Segundo Fanon, “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (Fanon, 2008, p. 28). Ao mesmo tempo, havia afirmado que “só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares” (Fanon, 2008, p. 29).

Em seus escritos, Fanon entendia que o processo de descolonização dos povos periféricos acarretaria no processo de desalienação da própria humanidade. Para ele, “a descolonização é verdadeiramente criação de homens novos”, ou seja, a superação colonial estabelecerá “uma nova humanidade” (Fanon, 1968, p. 26-27). Não obstante, visto que “a criação [de homens novos] não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural” – é “a ‘coisa’ colonizada [que] se faz [humana] no processo mesmo pelo qual se liberta” –, então a humanização do colonizado exige sua libertação da opressão colonial e, por isso, “no instante mesmo em que descobre sua humanidade, [o colonizado] começa a polir as armas para fazê-la triunfar” (Fanon, 1968, p. 26-27, 31-32).

Nesse sentido, Fanon compreendia que os colonizados engajados no movimento de libertação nacional se transformaram e foram transformados na e pela luta revolucionária. A conscientização ocorria junto com a apropriação pelo sujeito colonizado dos meios de combate ao colonialismo. Conforme descreveu:

Ao cabo de anos e anos de irrealismo, depois de ser espojado na companhia dos mais espantosos fantasmas, o colonizado, de metralhadora portátil em punho, defronta enfim com as únicas forças que lhe negavam o ser: as do colonialismo. [...] O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua práxis, no exercício da violência, em seu projeto de libertação (Fanon, 1968, p. 44).

Ou seja, quanto mais os colonizados e colonizadas lutavam, mais se libertavam das suas amarras mentais que os prendiam aos valores ocidentais e os mistificavam em relação à sua própria realidade social, econômica, sua cultura, sua história (Fanon, 1968, p. 32-39). As massas colonizadas se emancipavam através da luta política, pois “a práxis que as lançou num corpo-a-corpo desesperado confere às massas um gosto voraz do concreto”, e assim “a empresa da mistificação torna-se, a longo prazo, praticamente impossível” (Fanon, 1968, p. 74).

É importante ressaltar que os dois autores defenderam a participação na política, tanto dos intelectuais quanto das massas, como parte do processo de desalienação anticolonial. A noção de *responsabilidade*, que sustenta o conceito filosófico de *engajamento* do existencialismo (Sartre, 2009), pode ser vista como fundamento do senso de urgência e da

exigência do engajamento político, preconizados por estes dois teóricos militantes. Em seus textos, Guerreiro Ramos urgia pela preparação da revolução brasileira, elaborando uma teoria organizatória para estabelecimento da soberania nacional. Defendia que “não há outro meio de conhecer a realidade social senão participando dela” (Ramos, 1960, p. 84).

Por sua vez, Fanon depositava suas esperanças na luta anticolonial africana e na revolução argelina, indicando a falta de participação popular como um dos obstáculos à conquista da independência, isto é, da autodeterminação. Como dizia, “o importante não é que trezentas pessoas concebam e decidam mas que a totalidade, ainda que ao preço de um tempo duplicado ou triplicado, compreenda e decida” (Fanon, 1968, p. 158). Assim sendo, a desalienação também deveria ser encarada como um processo coletivo de “arregaçar as mangas”, como na conhecida expressão de Guerreiro Ramos, ou, na expressão de Fanon, “polir as armas”. Em síntese, ambos investiram nas participações e conscientização políticas populares como condições indispensáveis para uma verdadeira descolonização.

3 O NACIONALISMO INTERNACIONALISTA DO TERCEIRO MUNDO

Como mencionado na parte inicial deste texto, diversos intelectuais e militantes da modernidade negra fizeram parte da construção da plataforma política conhecida como *Terceiro Mundo*, articulada por líderes e movimentos políticos de diferentes países periféricos, que convergia as lutas transnacionais contra o racismo e o colonialismo, contra o imperialismo e o neocolonialismo. Guerreiro Ramos e Frantz Fanon se envolveram nesse debate e embate contra a situação colonial dos países subdesenvolvidos.

Nesse ínterim, os dois autores se distanciaram de uma militância e teoria direcionadas predominantemente para o conflito étnico-racial – principalmente Guerreiro Ramos –, ao se engajarem, de formas diferentes, na luta anticolonial de libertação nacional. Para eles, o nacionalismo foi um instrumento político-teórico utilizado como forma de insurgência contra a opressão colonial. Embora as suas discussões étnico-raciais já envolvessem o problema da colonização, ao longo dos anos 1950 e principalmente depois de 1955 – época na qual Guerreiro Ramos se vinculou ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e Fanon à FLN (Frente de Libertação Nacional da Argélia) – a tônica se tornou outra.

A guinada nacionalista desses intelectuais militantes foi motivada pela situação de subdesenvolvimento de países periféricos como o Brasil e a Argélia, provocada e proporcionada por fatores externos e internos. Diante da crise europeia pós-Segunda Guerra, a dimensão nacional dos pensamentos de ambos os autores estavam em sintonia com a intensificação dos movimentos de libertação nacional dos países e povos do Terceiro Mundo. Internamente, diversos segmentos do Brasil percebiam os efeitos da industrialização e da política social e trabalhista desde a Era Vargas; enquanto o conflito na Argélia se acirrava até o estopim da guerra colonial, guerra de reconquista para os franceses, e de libertação para os argelinos.

No pensamento brasileiro, visto que o nacionalismo dos anos 1920 e 30 foi marcadamente conservador, o surgimento de um nacionalismo popular nos anos 1950 e 60 representou uma importante variante ideológica, marcada pela vinculação entre desenvolvimento industrial e luta por justiça social (Cruz, 2018, p. 211, 218, 220-221). Com a criação do ISEB em 1955, surgiu a principal agência de formulação ideológica do nacionalismo popular, produzindo e divulgando uma alternativa política de esquerda ao nacionalismo conservador, bem como ao internacionalismo comunista.

De acordo com Guerreiro Ramos, o movimento emancipador brasileiro, além de democrático, de esquerda, dirigido pelo povo através da sua vanguarda e de forma a transcender a realidade de classe, deveria ser também nacionalista:

No sentido de que não deve obediência a nenhuma diretriz estranha ao meio brasileiro. [...] É universalista, pois não considera o nacionalismo um fim, mas tão somente um meio, admitindo ampla colaboração entre os povos, desde que sem detrimento de suas prerrogativas de soberania (Ramos, 1960, p. 247).

Para o nacionalismo popular, portanto, “a busca do desenvolvimento como condição da soberania nacional tinha como implicações a ruptura com o lugar ocupado pelo país no sistema capitalista mundial e com a dominação oligárquica no plano interno” (Cruz, 2018, p. 218). Diferenciando os países da periferia latino-americana, Guerreiro Ramos pensava que apenas para alguns países como o Brasil, por sua matriz econômica de “cunho nacional”, haveria “a possibilidade real” de participar de “uma terceira posição empírica ou tópica” (Ramos, p. 38, 61). Dessa perspectiva, o desenvolvimento nacional brasileiro poderia ser vislumbrado pela parte explorada do povo em sua luta pela emancipação em relação à subordinação estrangeira e pela socialização dos recursos nacionais.

Apesar da “disputa entre Jaguaribe e Ramos em torno da questão dos investimentos estrangeiros”, que levou ao “desligamento de ambos intelectuais” do ISEB em 1958 (Cruz,

2018, p. 219), ao ser desvinculado do Instituto, “o pensamento e a atuação político-nacionalista de Guerreiro sofre uma inflexão à esquerda”, envolvendo-se mais no “debate terceiro-mundista” e se aproximando de uma “perspectiva socialista não marxista”, além de “produzir cada vez mais segundo uma lógica de intervenção pública motivada pela militância política” (Lynch, 2015, p. 27, 29).

Graças ao nacionalismo, diria Fanon por sua vez, a nação podia ser nomeada no pensamento africano, de modo que “as reivindicações dos colonizados recebem assim uma forma”, que é a exigência mínima da luta, pois por meio da forma nacional o povo começa a se orientar “fora da ordem colonial” (Fanon, 1968, p.52). Com seu engajamento na Guerra de Independência em 1955, a sua atuação política “radicaliza-se através da experiência direta da luta de libertação argelina”, em colaboração prática e teórica com a FLN, inclusive como embaixador e porta-voz do movimento argelino em missões externas e eventos transnacionais (Zahar, 1976, p. 9-11). Assim como Guerreiro Ramos também havia feito, Fanon discutiu o reformismo e peleguismo de partidos nacionalistas, ainda que introduzissem “fermentos de subversão” na consciência do povo.

Em sua crítica, nas regiões descolonizadas que não foram “suficientemente abaladas” por “uma verdadeira luta de libertação”, os intelectuais “mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional”, “proclamam a necessidade imperiosa de nacionalizar o roubo da nação”; e então, por meio da “nacionalização das atividades comerciais”, eles “organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais” (Fanon, 1968, p. 35-36). Ainda assim, a luta de libertação nacional, primeira fase da descolonização total (Fanon, 1980), não deveria se guiar por palavras de ordem abstratas como “poder ao proletariado”, mas conduzida “antes de mais nada com base em palavras de ordem nacionalistas” (Fanon, 1968, p. 45). Pois, a nação é um signo ou forma conveniente de agregação das forças populares em torno de um objetivo comum, cujo conteúdo anticolonial pode ser disputado pelos movimentos progressistas.

Mas em comparação ao sociólogo brasileiro, cuja ênfase se encontrava no desenvolvimento nacional do Brasil, o psiquiatra argelino destacou que os nacionalistas africanos tinham “essa obsessão de conferir constantemente uma dimensão africana à sua ação”, porque “o inimigo do Africano sob dominação francesa não é o colonialismo exercido nos limites estritos da sua nação, mas são as formas do colonialismo”, suas “manifestações”, em qualquer nação que “se exerça e domine” (Fanon, 1980, p.206). Logo, se “a luta pela liberdade e pela independência nacional está dialeticamente ligada à luta contra o colonialismo em

África” (Fanon, 1980, p.206), o nacionalismo das revoluções africanas precisaria se pautar também em um anticolonialismo de dimensões continentais.

4 O POVO COLONIZADO E A REVOLUÇÃO NACIONAL

Em processo de desenvolvimento capitalista desde 1930, como já mencionado, as propostas do sociólogo isebiano estavam vinculadas à situação econômica do Brasil (Cruz, 2018, p. 222-226). Com isso, Guerreiro Ramos apostava em um programa de desenvolvimento nacional por meio da substituição de importações e da industrialização e expansão do mercado interno (Oliveira, 1997, p. 11). Em sua análise:

Os fatores fundamentais que constituem a infraestrutura dos movimentos e dos esforços de teorização política de 1930 a 1937 (a diferenciação social das classes pela expansão industrial e a reorientação da economia brasileira no sentido de um amplo mercado interno e, portanto, anticolonial) tornam-se cada vez mais ponderáveis de 1937 até os dias presentes (Ramos, 1995, p.97).

Para Guerreiro Ramos, “na fase em que se encontra o Brasil, autodeterminação é sinônimo de desenvolvimento econômico” (Ramos, 1960, p.42). Ademais, ele reivindicava que os interesses populares devem conduzir esse processo, pois, “graças ao nível de consciência de seu papel”, “a massa foi promovida à esfera empresarial do desenvolvimento”, cujos “quadros que o executam se conduzem como delegados das aspirações da massa” (Ramos, 1960, p. 182-183). Então, mesmo sendo “dirigente do processo brasileiro”, o povo “não pode realizar esta função de modo direto, senão em momentos extraordinários” (Ramos, 1960, p.245).

Ordinariamente, as massas agiriam através da sua vanguarda, considerada como “a consciência militante” do povo, bem como dependente de um “movimento emancipador popular” como seu alicerce (Ramos, 1960, p. 246-247). A composição majoritária dessa vanguarda seria de trabalhadores, mas também incluiria elementos oriundos de outras classes e categorias, como empresários industriais, comerciais e agrícolas, quadros técnicos profissionais e de outros elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais.

Tal processo de desenvolvimento deveria promover o capitalismo brasileiro⁵, porque, conforme explicava, “a emergência de um capitalismo nacional suscita transformações qualitativas não só econômicas, mas sociais, políticas e culturais” (Ramos, 1960, p.64-65). Portanto, Guerreiro Ramos compartilhava convicções na participação popular em um aparelho estatal democrático, propondo a industrialização do mercado nacional e da nacionalização ideológica da programação econômica como meio de realizar a revolução brasileira.

Por outro lado, Frantz Fanon esteve em contato com a realidade de países formalmente colonizados. Grande parte dos povos africanos estava lutando contra a ocupação colonialista de seus territórios. Assim, ele descrevia “o mundo colonial como maniqueísta, dualista, separado entre dois polos antagônicos que se excluem” (Ortiz, 1985, p. 57), cujo instrumento mais direto de dominação é a “imposição da violência” (Fonseca, 2015, p. 7). Por isso, um meio indispensável à supressão do colonialismo seria o uso da força. Conforme Fanon argumentava, sendo que a colonização ou a descolonização “trata-se simplesmente de uma relação de forças”, os colonizados percebem que a “sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força” (Fanon, 1968, p.46).

Essa reivindicação deriva da sua concepção de colonialismo: “não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Fanon, 1968, p.46). Haja vista a repressão direta do colonialismo francês na Argélia por meio da presença civil e político-militar, Fanon assumia que “a única forma de superar a violência do colonialismo é utilizando-se também da violência”, pela “via armada e o confronto direto” (Fonseca, 2015, p.12). Ou seja, a eliminação da violência depende da superação do sistema colonial pela *contraviolência*.

Junto a esta perspectiva, ele reivindicava que o movimento anticolonial deveria ser estrategicamente organizado, isto porque fora de tal perspectiva estratégica, não haveria outra coisa senão um voluntarismo cego em face das eventualidades reacionárias que ele traz em seu bojo como resposta, impondo a necessidade de “negar o movimento enquanto sublevação, transformando-o assim em guerra revolucionária”⁶ (Fanon, 1968, p. 42, 111). Então, “para o homem engajado”, como Fanon compreendia, seria urgente decidir os meios e as táticas de

⁵ Sobre isso, vale notar o comentário de Guerreiro de que o capitalismo de Estado, “do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo” (Ramos, 1960, p.89).

⁶ Nesta fase do combate, a luta anticolonial deveria ser organizada “levando em conta as diferentes guerras de libertação e valendo-se das técnicas da guerrilha”; lembrando que, para Fanon, “o êxito da luta pressupõe a clareza de objetivos, a limpidez da metodologia e sobretudo o conhecimento por parte das massas da dinâmica temporal de seus esforços” (Fanon, 1968, p. 111-110).

ação, ou seja, que sua conduta seja deliberadamente organizada. Tornando-se menos efetivo como instrumento de libertação, um movimento desorganizado e/ou elitizado conduz ou permite que a reação violenta dos colonizados se volte contra os próprios colonizados, ao invés de se converter em uma força antissistema contra a opressão.

Além disso, julgava que os principais agentes da descolonização seriam o núcleo de militantes radicais. Este constituiria o organismo político embrionário da insurreição; seriam o campesinato, que “nada tem a perder e tem tudo a ganhar” na luta contra o colonialismo; e o lumpemproletariado, “fração do campesinato bloqueada na periferia urbana”, que, assim como os próprios camponeses, “constitui uma das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado” (Fanon, 1968, p. 46, 51-52, 106, 101, 117). Portanto, Fanon defendeu a contraviolência e a auto-organização dos movimentos populares como condições da revolução argelina e africana em geral.

Em seus termos, ele também defenderia propostas econômicas similares à de Guerreiro Ramos, vide sua discussão sobre os percalços no período pós-independência. Porém, nos países africanos, um pleno desenvolvimento socioeconômico pela industrialização e nacionalização era inviabilizado pela intervenção direta de países europeus, suas burguesias metropolitanas, o sistema de embargos e as convenções neocolonialistas (Fanon, 1968, p. 124, 147-148); isto é, muito mais inviabilizado do que, para Guerreiro Ramos, parecia ser o caso da situação brasileira, sob a emergência de um capitalismo nacional (Ramos, 1960, p.61-63).

De todo modo, ao contrário de Guerreiro Ramos, Fanon se revelou extremamente cético tanto em relação à possibilidade de um desenvolvimento capitalista independente, quanto ao papel da burguesia no processo de construção da nação. Conforme afirmava:

Depois da independência essa burguesia subdesenvolvida, numericamente reduzida, sem capitais, que recusa a rota revolucionária, vai lamentavelmente estagnar-se. [...] Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. Haverá certamente uma ditadura policial, uma casta de aproveitadores, mas a elaboração de uma sociedade burguesa revela-se fadada ao malogro (Fanon, 1968, p. 125, 143).

Portanto, a partir das situações africanas mas também latino-americanas, Fanon entendia que a condução capitalista por uma burguesia colonizada conduziria inevitavelmente à manutenção do colonialismo. Além disso, embora ambos concordem que seja sobretudo o povo a conduzir a sua emancipação, eles divergiam em relação ao protagonismo no interior do conjunto do povo. Para Guerreiro Ramos, os “trabalhadores do campo” seriam o “contrapeso

das lutas trabalhistas urbanas”, que, pela falta de “consciência de direitos civis”, contribuem para a manutenção do poder das “seções capitalistas mais antigas” (Ramos, 1960, p. 237-238).

Contudo, Fanon não apostava no proletariado urbano e industrial, tanto por serem demograficamente inexpressivos e socialmente privilegiados nos países africanos, quanto por seu frequente comprometimento político com a ordem colonialista (Fanon, 1968, p. 44-46, 90-91). Para ele, junto com o lumpemproletariado, que “amontoam-se nas favelas” formando a “ponta de lança urbana” da insurreição, o campesinato representaria “as únicas forças espontaneamente revolucionárias do país”, por ser o que “mais depressa descobre que só a violência compensa”, além de permanecer disciplinado a uma estrutura social “comunitária” (Fanon, 1968, p. 46, 93, 101, 106). Por fim, para Guerreiro, a condição marginal que acarreta na falta de consciência e outros recursos torna a contribuição de determinados grupos sociais menos promissora em uma revolução nacional, enquanto que, para Fanon, a opressão que suportam os grupos mais oprimidos e resgata suas tradições solidárias implicaria em sua maior disposição na transformação radical do sistema colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto Guerreiro Ramos quanto Frantz Fanon conceberam a situação colonial dos países subdesenvolvidos como um sistema amplo, complexo e interligado por diversos aspectos estruturais cuja abordagem globalizante, com foco em seus pontos de crise e de resistência das pessoas colonizadas, seria fundamental para sua superação. A partir das teorias da alienação de Hegel e de Marx, estes teóricos militantes discutiram a alienação colonial dos povos periféricos e enfatizaram a conscientização e o engajamento político como condições do processo de desalienação do mundo colonial.

Durante os anos 1950 e início dos 1960, os países afro-asiáticos em boa parte ainda estavam realizando ou consolidando sua revolução política, enquanto os demais países latino-americanos possuíam apenas sua independência política, mas não um sistema econômico nacional formado. Nesse contexto transnacional, Guerreiro julgava que a posição do Brasil era vantajosa, visto que poucos países periféricos possuíam uma força econômica centrípeta em desenvolvimento, neste caso sob um capitalismo emergente. Assim, apostou fortemente no desenvolvimento socioeconômico como via de emancipação nacional. Com efeito, a saída pelo

desenvolvimento exigiria uma aliança entre os assalariados, sobretudo dos centros urbanos, com a classe empresarial, não só dos industriais, em um esforço conjunto e ideologicamente coordenado por um nacionalismo popular.

Contudo, examinando as experiências de independência africanas e latino-americanas, incluindo a brasileira, Fanon lamentava suas limitações à uma independência política formal e a um subdesenvolvimento econômico resguardado pela burguesia nacional parasitária. Essa situação seria cronicamente inviável para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico, pois ainda preserva relações de dependência com os países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte e mantém relações de desigualdade social no interior da nação. Além disso, as suas críticas sobre a condição privilegiada dos trabalhadores urbanos são fontes instigantes de reflexão. Por fim, apesar do compartilhamento de referenciais políticos, teóricos e metodológicos em comum, ao comparar outros aspectos das suas teorias, se pode contrapor suas propostas anticoloniais.

Por um lado, sob uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista, Guerreiro Ramos propôs o povo como sujeito da transformação social com protagonismo dos trabalhadores urbanos, atuando indiretamente através da sua vanguarda (composta por trabalhadores de diferentes categorias e sujeitos de diferentes posições e classes sociais) na elaboração ideológica e execução de um programa nacional de desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, sob uma perspectiva eminentemente terceiro-mundista e anticapitalista, Fanon propôs o povo como principal agente revolucionário com protagonismo dos camponeses e favelados, atuando diretamente no processo de amadurecimento ideológico e na organização de movimentos de libertação nacional e transnacional e construção de nações independentes.

De todo modo, apesar do apelo e engajamento prático e teórico destes e outros intelectuais e militantes, nos dois países o desfecho foi tragicamente contrarrevolucionário. No caso do Brasil, o Golpe Militar de 1964 aprofundou a desigualdade social, além da perseguição política através do exílio e extermínio de grupos opositores ao regime e da manutenção do genocídio e epistemicídio das populações negras e indígenas. No caso da Argélia, após a vitoriosa Revolução que politicamente derrotou o exército militar do colonialismo francês, a independência nacional não impediu o golpe de Estado em 1965, tampouco o estabelecimento do neocolonialismo, marcado pela típica situação de subdesenvolvimento, alienação cultural e dependência político-econômica.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: abordagem teórica. Trad.: Bruno Anselmi Matangrano. **Cadernos CERU**, série 2, v. 25, n. 1, jun, 2014.

BARBOSA, Muryatan. O TEN e a Negritude Francófona no Brasil: Recepção e inovações. **RBCS**, vol. 28, n° 81, fevereiro/2013.

BARBOSA, Muryatan. **Guerreiro Ramos e o Personalismo Negro**. Jundiaí: Paco, 2015.

BARIANI, Edson. Guerreiro Ramos: Uma Sociologia em Mangas de Camisa. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 11, p. 84-92, out, 2006.

BARIANI, Edson. A Perspectiva da Revolução: Guerreiro Ramos e o Nacionalismo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n.1, jan./jun. 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COOPER, Frederick. Descolonização e cidadania. In: **Histórias de África – Capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2018.

CRUZ, André Kaysel V. **Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1965)**. São Paulo: Alameda, 2018.

CRUZ, Saraiva J. Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira. In: **Pensamento Social Brasileiro**. João Trajano Sento-sé e Vanilla Paiva (orgs.). São Paulo: Cortez, 2005, p.127-150.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Tradução: Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**. Tradução: Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, pp. 69-84.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FONSECA, Danilo F. Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon. **Revista África e Africanidades** - Ano 7 – n.19, abr. 2015.

FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018a.

GUIMARÃES, A. S. A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. **CEBRAP: Novos Estudos**, p. 99-114, jul, 2008.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Edição de Ali A. Mazrui. Brasília, DF: UNESCO, 2010, p.151-190.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à Leitura de Hegel**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

LYNCH, Christian. Teoria Pós-Colonial e Pensamento Brasileiro na Obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan/abr, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Histórias da África**. São Paulo, SP: LCTE, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Guerreiro ontem, Guerreiro hoje**. Rio de Janeiro: p. 9-14, set/out, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. O olhar sociológico de Guerreiro Ramos. **Mnemosine**, vol. 2, n.2, p. 183-190, 2006.

RAMOS, A. Guerreiro. **A Redução Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RAMOS, A. Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOS, A. Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, A. Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SARTRE, Jean-Paul. O colonialismo é um sistema. In: **Colonialismo e neocolonialismo: situações**, V. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1968, p.21-40.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: **Antologia de Textos Filosóficos** / Jairo Marçal (org.) – Curitiba: SEED – PR, 2009, pp. 616-639.

ZAHAR, Renate. **Colonialismo e Alienação: Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon**. Trad.: Amadeu Graça do Espírito Santos. Lisboa: Ulmeiro, 1976.